

AduSP INFORMATIVO

Associação dos Docentes

Universidade de São Paulo

Seção Sindical da Andes-SN

O ICMS vai bem, obrigado

Os salários podem melhorar mais um pouco...

No dia 8 de novembro foi realizada mais uma reunião da Comissão Fórum das Seis/Cruesp de acompanhamento da evolução do ICMS. A planilha do Cruesp, discutida na reunião, continua mostrando crescimento do ICMS e o mais baixo comprometimento acumulado com salários em uma década, mesmo após o reajuste de 6,7% em novembro.

O Fórum das Seis encaminhou aos reitores os seguintes pontos, para decisão no mês de dezembro:

Comprometimento acumulado com salários e reflexos jan-nov/2000

USP	UNESP	UNICAMP	TOTAL
75,73%	82,09%	80,90%	78,47%

1) Decidir destinação do fundo de reserva constituído dos 20% da estimativa de excesso de arrecadação. Para isto, poderá ser necessária uma reunião de negociação do Fórum com o Cruesp.

2) Deliberar como manter a memória da arrecadação de 2000 e do montante ain-

da não aplicado a salários, levando isto em conta na evolução de 2001.

Em relação ao primeiro item, as entidades do Fórum deverão formular proposta para ser levada aos reitores. O Conselho de Representantes da AduSP deverá debater essa questão e acompanhar

seus desdobramentos.

No que diz respeito ao segundo ponto, é importante lembrar que a planilha do Cruesp "esquece" a arrecadação do ano anterior, guardando memória apenas dos salários e reflexos.

Uma vez que há uma quantidade razoável de recursos disponíveis, que deveriam ser destinados a pessoal — na USP estamos longe dos 88% aprovados pelo CO — é central que isso seja considerado na evolução salário/ICMS em 2001.

Atenção à previsão orçamentária!

O CO da USP está discutindo as diretrizes orçamentárias da universidade para o ano 2001. O orçamento será votado em 19/12/2000. O debate ocorrido durante a greve deste ano pôs em evidência a importância destas diretrizes. Vimos então que as previsões sobre a disponibilidade de recursos financeiros para as universidades estavam bastante subavaliadas.

Isso deveu-se a alguns fatores já presentes no próprio orçamento do Estado: 1) antecedência com que a peça orçamentária é feita; 2) subestimação dos índices inflacionários e de crescimento econômico; 3) desconsideração da variação sazonal da arrecadação do Estado. Essas falhas estão representando um erro da ordem de 10,5% entre previsão e execução do ICMS/2000.

Nas diretrizes orçamentárias para 2001 alguns destes

vícios se repetem. Prevê-se uma inflação anual de 5,5%, substancialmente abaixo dos índices observados nos últimos 12 meses (8,4%-Fipe; 9,7%-Dieese; 16,1%-IGP/DI). O crescimento econômico de 3,5% também encontra-se abaixo das avaliações que vêm sendo feitas para o próximo ano.

Neste sentido salta aos olhos a sobra relativa a salários em 2000. Na comparação entre previsto e realizado em 2000, está lançada uma despesa de 78% com pessoal, contra a previsão de 88%. Há uma diferença de R\$ 108,4 milhões (9,62% do executado no ano), dos quais R\$ 25,6 milhões foram destinados ao pagamento do reajuste de janeiro de 2001. Mas os demais R\$ 82,8 milhões (aproximadamente uma folha de pagamento) não estão adicionados ao orçamento de 2001. Como serão utilizados?

Longe que estamos de uma recuperação adequada de salários e longe também do cumprimento das diretrizes salariais para 2000, a proposta trazida pela COP reduz a despesa com pessoal de 88% para 85%.

Cabe destacar, ainda, que a parcela de recursos destinada a "outros custeios e investimentos" contém uma distribuição de recursos baseada em desempenho acadêmico, cujas premissas precisam ser amplamente discutidas pela comunidade universitária.

A democratização da universidade exige a democratização do processo de elaboração do orçamento. Essa certamente é uma questão que teremos que tratar em nosso Congresso. Mas neste momento é importante que a comunidade universitária esteja atenta para as discussões do orçamento 2001.

Cruesp endossa emenda

Na reunião da comissão de acompanhamento do ICMS de 8/11, os técnicos do Cruesp informaram que, no rastro da reversão do veto do governador Covas à emenda de complementação do orçamento das universidades públicas paulistas em relação a precatórios, inativos e hospitais universitários, foi apresentada emenda ao orçamento do Estado, propondo a incorporação ao orçamento das universidades de mais R\$ 40 milhões no ano de 2001.

A emenda, assinada por cinco deputados, compromete o emprego do adicional "exclusivamente, na expansão das atividades-fim das universidades, observadas as suas peculiaridades": ampliação de vagas na graduação, o aperfeiçoamento nas condições de ensino, reciclagem dos professores do ensino fundamental e médio etc. O Fórum das Seis vai pressionar os deputados para que a emenda seja aprovada.

Fórum sobre sucessão na FMRP será nos dias 23, 27 e 29/11

Organizado por entidades de docentes, funcionários, graduandos e pós-graduandos para discutir a sucessão na Faculdade de Medicina (FMRP-USP), o Fórum de Debates vai contar com nove docentes e será realizado em três dias: 23, 27 e 29 de novembro, sempre com início às 16 horas e no anfiteatro da Bioquímica, no prédio central da unidade.

O mandato do atual diretor, Michel Pierre Lison, termina no início de 2001 e o Colégio Eleitoral da FMRP vai se reunir no dia 1º de dezembro para definição da lista tríplice.

Durante o fórum cada debatedor fará uma exposição de 15 a 20 minutos, seguida de debate com a platéia.

PROGRAMAÇÃO

Veja quem são os debatedores e os temas escolhidos por eles.

Dia 23/11

Anette Hoffmann, "Universidade: Dilemas e Desafios".

Roy Edward Larson, "A Quinta Praga da Universidade: 'Compartimentalização sem Interação Intelectual'" e "Cola e Estudo Baseado em Provas Antigas: Sintomas de Desestruturação do Ensino".

Antonio Waldo Zuardi, "Avaliação da Atividade Docente".

Dia 27/11

Cleber Antonio Jansen Paccola, "Criação do 4º Regime: Integral Sem Dedicção Exclusiva".

Hélio César Salgado, "Reestruturação Departamental", "Regime de Dedicção Exclusiva" e "Relação Básico - Clínica".

Marco Antonio Barbieri, "Universidade e Cidadania: Competência Técnica e Compromisso Político".

Dia 29/11

Ayrton Custódio Moreira, "Parcerias com Entidades Públicas: um dos Desafios da FMRP-USP na Busca de Novos Espaços de Ensino e Pesquisa".

Harley Edison Amaral Bicas, "O Modelo de Produção Científica Incentivado pela USP e os Parâmetros para sua Avaliação" e "O Reconhecimento do que seja um Desempenho de Excelência para um Docente de Áreas Clínicas da FMRP".

Rui Alberto Ferriani, "Convênios com Grupos Privados e sua Repercussão Sobre o Ensino".

Projeto tira do Banespa, se ele for privatizado, a folha salarial do Estado

No dia 8/11, o deputado César Callegari (PSB) protocolou na Assembléia Legislativa projeto de lei que determina que a folha de pagamentos de servidores ativos e inativos do Estado seja depositada exclusivamente em instituição bancária pertencente ao Estado ou à União.

O projeto, sugerido pelo Fórum das Seis, destina-se a impedir que, em caso de privatização do Banespa, os recursos relacionados a salários, aposentadorias e pensões "sejam também privatizados".

"O crédito dos pagamentos correspondentes aos vencimentos, proventos e pensões de servidores públicos do Estado de São Paulo será feito em conta-corrente de instituição bancária onde o Governo do Estado de São Paulo ou o Governo Federal figurem como acionistas majoritários", diz o texto.

Conad debate ações das Ads

Organizar o movimento docente das entidades superiores de ensino contra as políticas neoliberais do governo foi o tema central dos debates do 41º Conad, realizado de 3 a 5/11, em Pelotas (RS).

Compareceram representantes de 52 Ads, que aprovaram um eixo de lutas pautado na valorização do trabalho docente, inclusive atividades em classe e a pesquisa; inserção das lutas das instituições públicas de ensino superior na sociedade, buscando o seu apoio contra a privatização do ensino; preparar a Andes para a inclusão de maior número de instituições privadas de ensino, pois o Simpro perdeu a ação movida para que fosse sua a representação do setor.

Liberdade para os presos políticos do MST!

José Moura Gonçalves Fº

representante da Adusp no Comitê de Defesa da Democracia

Já sabemos: desde 10 de novembro de 1999, seis trabalhadores sem-terra estão encarcerados. Inicialmente espalhados por diversas cadeias, agora estão todos numa cela do presídio de Itapetinga II. Foram presos quando participavam de uma manifestação na Rodovia Castelo Branco, durante o Dia Nacional de Paralisação e Protesto convocado pelo Fórum de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania. Acusados pela destruição de cabines do pedágio local, receberam penas não inferiores a dez anos de cadeia em regime fechado!

A juíza de Boituva desrespeitou os direitos constitucionais dos réus. Não havia provas ou testemunhos que determinassem a autoria dos delitos pelos quais foram condenados. A prisão injusta dos seis militantes do MST, ao que tudo indica, está sendo esticada e usada para amedrontar homens e mulheres que lutam por uma vida melhor.

Nas próximas semanas, o Tribunal de Justiça de São Paulo deverá analisar os argumentos de apelação dos advogados de defesa. Mas isto talvez não seja suficiente.

Grupos poderosos estão mobilizados para transformar a campanha pela reforma agrária em caso de polícia. Esses grupos, no governo e na imprensa, estão forçando a confirmação das penas. Se não erguermos nossa voz por uma decisão independente e justa, aqueles seis militantes poderão continuar ilegalmente condenados!

Até o julgamento da apelação e durante todas as quintas-feiras estaremos caminhando em ciranda diante do Tribunal de Justiça de São Paulo, manifestando o repúdio às prisões e condenações políticas e exigindo a imediata libertação dos seis trabalhadores sem terra.

Pedimos a todos que espalhem a denúncia e enviem mensagens de protesto por e-mail, cartas ou fax, para a Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, no seguinte endereço:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SP
Praça da Sé, s/n - Palácio da Justiça
CEP 01001-000 - SP - BRASIL
Fax: (11) 232-9366 ou 232-6890
e-mail: gab1@tj.sp.gov.br

Recursos da Geo vão ao Conselho Universitário

Como já divulgado anteriormente, quatro colegas do Instituto de Geociências, efetivados após concurso público e em exercício permanente no RDIDP, entraram com recursos contra as decisões do Reitor e da CERT de lhes exigirem relatórios de atividades com ameaça explícita de tirá-los do RDIDP. Com alguma dificuldade, e após várias tentativas por parte dos órgãos da reitoria de dissuadi-los, os colegas Caetano e Gergely acabaram por conseguir acesso aos seus processos e cópias dos pareceres da CJ e CLR, que seguem para apreciação do CO.

A manifestação da CJ reconhece a razão dos colegas em vários aspectos de seus recursos, aí incluído o caráter opinativo atribuído à CERT, e a necessidade de se garantir amplo direito de defesa e de espaço ao contraditório, antes de se mudar ou ameaçar mudar o regime de trabalho de qualquer docente, ao contrário do ocorrido no presente caso.

No entanto, a CJ termina, incoerentemente, por concluir que inexistem irregularidade ou ilegalidade na exigência de novos relatórios aos colegas. Destaque-se que nessa conclusão esquece-se de mencionar que a exigência de relatório está sendo feita sob ameaça de mudança no regime de trabalho de docentes, já efetivos e fora do regime de experimentação, residindo aí a injustiça, a irregularidade e a ilegalidade da ação da CERT.

A assessoria jurídica da Adusp elaborou parecer circunstanciado, distribuído a todos os docentes e disponível em nossa página eletrônica, que mostra serem inapropriadas diversas práticas correntes da CERT e da Reitoria, como é o caso dos colegas da Geociências.

Neste sentido, é bom registrar que o Tribunal de Justiça do Estado, repeliu,

por unanimidade, a sustentação oferecida pela USP para procedimentos deste tipo.

O parecer da CLR, elaborado pelo professor Walter Colli, segue a mesma linha argumentativa, adicionando bases políticas mais adequadas a impérios que à universidade. “Como é o reitor que assina e manda publicar no Diário Oficial”, escreve ele, as demais instâncias da universidade seriam apenas assessoras da reitoria nas decisões a tomar. Nem o próprio reitor concebe o corpo da universidade como mero assessor das suas decisões. Esta noção imperial e despótica adotada pela CLR, que já vigiu em passado próximo de triste memória, desenrola-se de modo standard: ou o império é mantido, ou será o caos. Já ouvimos isto antes...

O que está efetivamente em pauta é a desqualificação do trabalho docente e de liberações acadêmicas da Congregação e de Conselhos de Departamento da Universidade, do Instituto de Geociências, em particular. Uma vez que a reitoria, através da CERT, resolveu desrespeitar reiteradas declarações do Instituto de Geociências de que o julgamento daquela Comissão estava equivocado, a alternativa foi tomar providências que não encontram sustentação nas normas da USP. O corporativismo próprio do poder encarregou-se do resto.

Senão vejamos. O artigo 201 do Regimento Geral é inequívoco ao estabelecer que o regime de trabalho dos docentes só pode ser alterado ao final de um trâmite que se inicie pela “decisão prévia do Conselho do Departamento”, ouvido o CTA, e que por fim, precisa da “anuência da CERT”. Por outro lado, o artigo 7º, da Resolução 3533, de 22/06/89, que baixa o Regulamento dos Regimes de Trabalho da USP, estabelece: “Desde que considerados aprovados os relatórios

a que se refere o artigo 6º (mesma resolução, em relação ao período de experimentação), o docente em RDIDP ficará dispensado de apresentar novos relatórios para continuar no regime”.

Concluiu-se, portanto, que a reitoria, seja através da CERT ou de outro mecanismo, não pode mudar ou ameaçar mudar o regime de trabalho de docentes sem a iniciativa da Unidade. Ora, o Instituto de Geociências cansou-se de reafirmar a competência acadêmica, científica e o engajamento institucional dos docentes envolvidos. Fica a pergunta: a quem interessa a desqualificação do corpo da Universidade, que é responsável pelo

trabalho cotidiano que a constrói de modo concreto?

Ao acatar os recursos dos colegas do IG, ao contrário de promover um suposto descontrole administrativo como quer fazer crer a CLR, o CO da USP estará não apenas agindo em conformidade com as normas vigentes, mas também, e principalmente, reafirmando a compreensão de que a Universidade deve ser administrada de modo a garantir respeito e incentivo ao florescimento de Unidades e Departamentos, refutando a perspectiva autoritária, desqualificadora e centralizadora que, insensível às mudanças históricas, insiste em se apresentar na Universidade.

Eleição dos estudantes ainda não foi reconhecida

A ocupação da sala do Conselho Universitário pelos estudantes no dia 31/10, em protesto contra uma decisão autoritária daquele órgão, trouxe à tona mais uma vez o debate que opõe legitimidade à legalidade.

Naquela data, a reunião do CO teve início com a presença dos representantes discentes, mas eles foram convidados a se retirar na segunda parte, em que seriam discutidas as diretrizes orçamentárias da USP. O CO deliberou, por maioria de 6 votos, que os RDs não poderiam participar do debate nem mesmo como ouvintes.

Após terem boicotado as eleições de RDs para os conselhos centrais da USP realizadas pela Reitoria e organizado seu próprio pleito de modo bastante amplo e democrático (ver **Informativo 84**), os estudantes ainda não tiveram reconhecida a sua representação.

A eleição foi questionada por um parecer do professor Colli, da Comissão de Legisla-

ção e Recursos da USP (CLR), que contesta a representatividade do Diretório Central dos Estudantes (DCE) como organizador do pleito.

O parecer da CLR, contudo, não foi votado na sessão do CO. Alguns conselheiros pediram vistas do processo, o que suspendeu a análise do caso.

Comissão

Uma comissão formada pelos professores Gerhard Malnic, Zilda Iokoi, Antônio Massola, Lisete Arelaro e Ada Pellegrini e por cinco estudantes incumbiu-se de formular uma nova proposta de mudança no regimento da USP, para que o resultado do pleito seja reconhecido.

No dia 2/11, a comissão reuniu-se para elaborar sua proposta, enviada em seguida para a CLR. O órgão da Reitoria pediu esclarecimentos sobre alguns pontos do documento, que foi aperfeiçoado e enviado novamente à CLR para ser analisado. A proposta deve ser discutida na sessão do CO do dia 21/11.

CASO ZINSLY

Adusp solicita anulação do julgamento

Após avaliar a ata da reunião do Conselho Universitário de 10 de outubro, a diretoria da Adusp decidiu encaminhar ao reitor solicitação de anulação do julgamento realizado pelo CO naquela oportunidade. Trata-se, antes de discutir o mérito das alegadas acusações, manifestar de forma pública a opinião de que a universidade precisa garantir procedimentos justos nas suas decisões, para evitar, inclusive, pagamentos futuros de precatórios.

As decisões não podem ser apenas formalmente imparciais, mas precisam na prática espelhar a isenção e o respeito ao contraditório, conforme constam dos mais elementares manuais do direito brasileiro. A Adusp não questiona o desenrolar dos trabalhos da Comissão Revisora, mas questiona, de modo enfático, o momento final do processo, isto é, a decisão no CO.

As características de que se tratava de um julgamento ficam claras nas palavras do próprio reitor durante o CO: *“Cada conselheiro se torna um juiz, isto é, por meio do voto, apreciando o parecer da CLR, os Conselheiros passam a assumir uma responsabilidade de decisão judicial definitiva. Portanto, é dentro de sua percepção, de sua consciência da informação plena que será solicitado o voto ao parecer da CLR.”* Infelizmente, a realidade do ocorrido naquela reunião está longe de representar um conjunto de juízes com todas as informações para realizar um julgamento isento.

A reunião e a ausência da defesa

O reitor convidou o professor Scarance, presidente da Comissão Revisora, para participar da reunião e se manifestar. Este, com a justificativa de esclarecer pontos do processo, fez um longo relato justificando as conclusões

da Comissão Revisora. Quem deveria fazer a exposição do caso era o relator da CLR, professor Colli, que se omitiu dessa tarefa e apenas secundou o trabalho efetuado pela Comissão Revisora. A parcialidade fica evidente quando o presidente convidado tem a oportunidade de se manifestar após cada intervenção de conselheiros que eventualmente apontam argumentos em defesa do professor Zinsly, enquanto cada conselheiro pôde se manifestar uma única vez.

Foi sendo criado o clima propício para a condenação. Para se ter uma idéia da avalanche da acusação, observe que das 1012 linhas da ata referentes ao caso (descontadas as partes “neutras” de descrição dos documentos e falas do reitor) só o presidente Scarance ocupou 507 linhas! Não se trata de reclamar de que mais conselheiros falaram contra do que a favor dos acusados, o fato é que a acusação institucional teve exclusividade uma vez que não houve a presença de defesa institucional. Esse vício é grave e denota uma terrível parcialidade no julgamento.

Conselheiros não são informados

Alguns outros aspectos presentes na reunião reforçam o pedido de anulação. Um fato relevante para todo esse caso foi o pedido de vistas da Congregação da Esalq. Esse pedido foi negado e comunicado ao diretor momentos antes da reunião. Nem o reitor, nem tampouco os representantes da Esalq presentes, mencionaram isso ao plenário. Essa informação indicaria aos conselheiros o interesse daquela escola na situação de seus funcionários e evitaria a errônea interpretação (sugerida pelo silêncio dos representantes) de que a Esalq estaria de acordo com o relatório da

Comissão Revisora. A Congregação queria apenas exercer o seu direito de interessada, uma vez que estavam prestes a demitir um professor da casa, que lá conviveu por mais de 37 anos. Se ela não pode ser considerada interessada, algo precisa ser reescrito nos manuais jurídicos da USP.

Outro aspecto importante da reunião refere-se à condução dos trabalhos. Todas as tentativas de encaminhar propostas de penas alternativas foram de plano rejeitadas pelo reitor. Acrescenta-se, ainda, que o procedimento de votação foi inadequado, pois segundo o reitor votando-se “sim” ou “não” ao parecer da CLR não se alteraria a situação dos três funcionários absolvidos pela Comissão Revisora.

Chegamos assim ao absurdo de uma decisão do CO de demissão (em março de 1998) ser reformulada sem votação, pois pelo procedi-

mento de votação tanto fazia no que se votava. A despeito de também defendermos a absolvição desses funcionários, não podemos deixar de apontar o que consideramos um bom exemplo da “pressa”, presente na reunião, para condenar o professor Zinsly.

Zinsly recorre

O professor Zinsly encaminhou petição solicitando reconsideração da sua demissão. Entre outros argumentos destaca que sua culpabilidade não está estabelecida mesmo após mais de sete anos de investigação. Ressalta ainda o apoio da sua escola, que apesar de ter seu pedido de vistas negado antes da decisão do CO, não se furtou de avaliar o relatório da Comissão Revisora. Em reunião em 16/10/00, a Congregação da Esalq decidiu encaminhar manifestação ao reitor pedindo a suspensão das penalidades por falta de provas.

IV Congresso debate fundações e financiamento da Universidade

Em continuidade às discussões preparatórias para o IV Congresso, será realizado, no dia 21 de novembro, o debate “Fundações e Financiamento Público na USP”. Os debatedores serão os professores Benedito Machado, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; Guilherme Ary Plonski, da Fundação Vanzolini e da Escola Politécnica; Otaviano Helene, do Instituto de Física; James Wright, da Fundação Instituto de Administração (FIA-USP); e o deputado estadual César Callegari (PSB), que presidiu a CPI da Educação.

O evento, que ocorrerá

no Auditório Abraão de Moraes, no Instituto de Física, terá início às 17h30 do dia 21. Para o começo de dezembro, o Conselho de Representantes da Adusp está programando um novo debate, sobre Avaliação e a CERT. Logotipo

O prazo para o envio de propostas para o logotipo do IV Congresso foi novamente prorrogado. Quem quiser participar do concurso ainda poderá enviar sua idéia até o dia 17/11 para a Adusp – Av. Professor Luciano Gualberto, Travessa J, 374, CEP 05508-900. Veja outros detalhes no site da Adusp (www.adusp.org.br).